

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS

PROJETO DE EXTENSÃO
DIREITOS, QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS TERRITORIAIS:
CONEXÕES, VIVÊNCIAS E AÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES E
COMUNIDADES

PLANO DE TRABALHO

Diamantina/MG, março 2024

Ajustado em maio de 2024

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE.....	1
2.	APRESENTAÇÃO	2
3.	OBJETO	3
4.	OBJETIVOS	3
4.1.	Objetivo Geral.....	3
4.2.	Objetivos específicos.....	4
5.	PÚBLICO ENVOLVIDO.....	4
6.	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	4
7.	JUSTIFICATIVA.....	5
8.	PERÍODO DE EXECUÇÃO	7
8.1.	Relação de metas, etapas e cronograma de execução	8
9.	PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	10
9.1–	Atividades e ações do projeto	10
9.2 –	Plano de aplicação de recursos (despesas operacionais administrativas)	10
10.	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO.....	11
10.1 –	Desembolso financeiro das atividades e ações do projeto da Fundação	11
10.2 –	Cronograma de desembolso das despesas operacionais administrativas	11
10.3 –	Plano de aplicação consolidado	12
11.	METODOLOGIA.....	13
12.	RECURSOS DO PROJETO	15

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI -
UFVJM**

CNPJ: 16.888.315/0001-57

ENDEREÇO: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000

Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

Telefone: 038 3532-1200

E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br

REPRESENTANTE LEGAL: Heron Laiber Bonadiman

CARGO: Reitor

CPF: 055.901.047-85

COORDENADORA DO PROJETO

NOME: Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

SIAPE 2204589

CPF: 007.519.560-74

Telefone: (38) 99941 6212

E-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

NÚMERO DO PROCESSO SEI:

UNIDADE ACADÊMICA/ÓRGÃO A QUE SE VINCULA O PROJETO:

Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH

ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Geografia / Geografia Humana

2. APRESENTAÇÃO

O projeto de extensão “Direitos, questão agrária e conflitos territoriais: conexões, vivências e ações entre universidades e comunidades”, é construído pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro (UFVJM - Campus Diamantina); o Observatório Fundiário do Vale do Jequitinhonha (UEMG - Campus Diamantina) e o Coletivo de Direitos Humanos vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (regional do Norte de Minas, em Montes Claros).

A região do semiárido mineiro, território de desenvolvimento desta proposta, vive uma realidade regional de agravamento da situação de conflito das comunidades campesinas, tradicionais e dos povos indígenas frente às situações que envolvem violação de direitos humanos e territoriais, o que têm impactado diretamente nas condições de permanência em seus territórios e em seus modos de vida.

Portanto, este projeto está organizado em três metas, sendo:

META 1 - Planejamento, monitoramento, acompanhamento e execução das atividades previstas no projeto.

META 2 - Acompanhamento e formação em direitos humanos e educação popular com produção de materiais a partir da sistematização, análise e mapeamento dos processos minerários, das situações de conflitos sociais, ambientais e territoriais e dos direitos humanos, territoriais e da natureza que permeiam a realidade dos povos indígenas e das comunidades camponesas e tradicionais do semiárido mineiro.

META 3 – Formação, vivência e socialização voltados para a análise da realidade, situações de conflito e acesso à direitos humanos, territoriais e da natureza, com envolvimento de juventudes universitárias e das comunidades.

Dentre as ações previstas, a realização de um curso de extensão busca criar condições para diálogo, discussão, formação e troca de experiências entre os sujeitos envolvidos, articulando comunidade universitária e comunidade externa. Trata-se de uma ação de extensão para que a Universidade esteja engajada nos processos sociais e de análise da realidade vivida pelas comunidades.

Ainda, na perspectiva da formação, vivência e socialização, também serão realizadas atividades com grupos de estudos e reuniões envolvendo equipe do projeto, juventudes das universidades e comunidades; acompanhamento de atividades em comunidades com

oportunidades para vivência e troca de experiências e; análise e sistematização dos direitos humanos que deveriam amparar as comunidades em situações de conflito.

Como parte da proposta, a análise e mapeamento de processos minerários e dos conflitos tem por base as atividades de pesquisa, em andamento, vinculadas aos grupos de pesquisa dos Observatórios envolvidos. Intenciona-se articular os resultados dos projetos de pesquisa e sistematizá-los para que possam subsidiar tanto a (1) produção de materiais (cartilhas, folders, paradidáticos) acessíveis às comunidades, quanto a (2) atuação por meio do acompanhamento e formação na área de direitos humanos, com base na assessoria jurídica popular, pautada pelos princípios da educação popular. Essas duas ações têm por base um diagnóstico sobre o perfil dos sujeitos que vivem nestes territórios, em geral dentro de uma faixa geracional que não teve acesso à educação formal e que carecem de atividades formativas para amparar sua tomada de decisão em relação à reivindicação de direitos.

Por fim, uma dessas atividades de formação e extensão universitária que será apoiada por esta proposta é a realização da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) em 2024.

3. OBJETO

Realizar atividades de formação, pesquisa, extensão universitária e assessoria aos povos indígenas e comunidades tradicionais, envolvendo juventudes das comunidades e universitárias, para defesa dos direitos humanos e territoriais das comunidades que vivem situações de conflitos.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Realizar atividades de formação, pesquisa, extensão universitária e assessoria aos povos indígenas e comunidades tradicionais, envolvendo juventudes das comunidades e universitárias, para defesa dos direitos humanos e territoriais das comunidades que vivem situações de conflitos.

4.2. Objetivos específicos

- a) Realizar grupos de estudos e reuniões envolvendo equipe do projeto e juventudes das universidades e comunidades.
- b) Acompanhar as atividades em comunidades com oportunidades para vivência e troca de experiências.
- c) Ofertar Curso de Extensão de Formação em Direitos Humanos e Territoriais.
- d) Acompanhar comunidades em situações de conflitos por meio de atividades de extensão universitária nos temas da educação popular e dos direitos humanos.
- e) Produzir materiais para acompanhamento e assessoria às comunidades em situação de conflitos.
- f) Realizar a JURA dos Vales 2024, a partir da articulação com atores regionais, comunidades e famílias para participação no evento.
- g) Fortalecer a relação interinstitucional entre os parceiros envolvidos no projeto.
- h) Apoiar articulação entre atividades de ensino e formação, pesquisa e extensão aos grupos de pesquisa envolvidos.
- i) Contribuir para o cumprimento da missão institucional da UFVJM, no que tange a atuação regional visando inserção social por meio da formação de recursos humanos com competências para atuar nos desafios impostos ao desenvolvimento regional.
- j) Fomentar a indissociabilidade da extensão, do ensino e da pesquisa no âmbito da comunidade universitária, por meio da realização de atividades que envolvam servidores (docentes e técnicos), estudantes (graduação e pós-graduação), cursos, grupos de pesquisa e extensão, bem como a comunidade regional.

5. PÚBLICO ENVOLVIDO

Serão envolvidas diretamente 140 pessoas, sendo: equipe de execução das ações do projeto, equipe de acompanhamento composta por integrantes dos Observatórios envolvidos, estudantes de diferentes áreas e cursos da UFVJM e UEMG, bem como, comunidade externa.

Indiretamente pretende-se envolver 1140 pessoas através das visitas de campo e distribuição dos materiais que serão impressos.

6. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A região do semiárido mineiro envolve 209 municípios.

7. JUSTIFICATIVA

A produção social espaço agrário contempla uma diversidade de relações entre sociedade e natureza, muitas delas forjadas em frentes de resistência, e outros tantos suplantados frente às incidências da modernização conservadora da agricultura e dos grandes projetos de desenvolvimento – como as hidrelétricas, monocultivos de eucalipto, mineração etc.

Os municípios que compõem a região administrativa conhecida como Vale do Jequitinhonha, extensivo ao Norte de Minas e ao Vale do Mucuri, têm um processo histórico, de formação geográfica, social e econômica, em que as relações de produção e de trabalho apresentam características marcantes da expropriação, da exploração e da subjugação de diferentes grupos sociais – principalmente dos povos originários e dos povos negros, impostos ao trabalho escravo – e da usurpação dos bens comuns (florestas e minerais). Dentre as implicações, está a estruturação de uma sociedade em que os meios de produção são apropriados e controlados por classe social cujo poder sobre a terra, sobre a família, sobre trabalhadores (em diferentes regimes de trabalho) e sobre a dinâmica política e social dos vilarejos. Processos cujas implicações no século XX foram discutidas nas pesquisas de Almeida (2018), Diniz (2020) e Souza (2022), dentre outras.

Portanto, se por um lado, o processo histórico e geográfico da colonização nos dá elementos para compreender o papel da posse da terra como estratégico na implementação de uma sociedade servil à divisão internacional do trabalho – estabelecendo conexões com mercados globais desde os primeiros levantes de colonização, por outro lado, no século XX é marcante a intensificação dos processos de expropriação e espoliação. Destacam-se aqui as intervenções estatais por meio de planos para o desenvolvimento regional a partir de grandes projetos de desenvolvimento à exemplo da criação dos distritos florestais e do mapeamento do potencial de produção energética a partir da projeção de usinas hidroelétricas em vários afluentes e no próprio rio Jequitinhonha.

Desta forma, no contexto atual, a situação agrária nos territórios do rio Jequitinhonha tem em comum uma raiz estrutural que pode ser problematizada na análise da formação socioeconômica regional e, com ela, na repartição dos bens comuns, na progressiva estruturação de uma sociedade de classes, patriarcal, sexista e de supremacia branca, em que o lugar dos povos originários é paulatinamente encurralado, exprimido e atacado. É

imprescindível lembrar da criação, pelo Estado, da região “Vale do Jequitinhonha”, com discurso de superação de problemas associados à pobreza, da criação de estigmas da “miséria”, da migração sazonal e permanente de trabalhadores, dos questionáveis parâmetros de *modernidade* impostos pelos índices de desenvolvimento humano e pelo crescimento econômico.

Ao vivenciar a realidade de comunidades ao longo do Jequitinhonha, observa-se um *modus operandi* baseado no processo histórico de ocupação conduzida pela ideologia colonial a partir de uma determinada classe, marcadamente composta por homens, brancos e proprietários, cuja autoridade estava inicialmente avalizada pela monarquia e pela Igreja Católica e, na república, endossa pela posse e controle das terras e das gentes por meio do capital político e social – forjado em todo processo colonial, violento e opressor, que impõe cultura patriarcal cujas crenças e valores perpassam pelo compadrio, pelo respeito e submissão aos Senhores: Deus no céu e Fazendeiro na terra. Gomes (1997, p. 60) relata essa memória coletiva:

O Vale não é pobre como não é pobre o Brasil. Pobre é o povo que sempre foi maltratado e explorado pelos senhores donos da terra e do dinheiro. Nossa região era povoada por índios que, como em todo Brasil, foram expulsos de suas terras, foram mortos e espancados covardemente pela fúria dos grandes, que aqui chegaram em nome não sei de quem para expulsar seus legítimos donos e apoderar-se das suas terras, na mais completa tranquilidade, tendo certeza da impunidade do seu crime.

Esse histórico estrutura a situação agrária nos territórios do Jequitinhonha. Conforme análise de Moura (1988) o processo de ocupação perpassa relações sociais que forjam valores e contratos subjugados à violência simbólica das fazendas, e que são ressignificados com a chegada dos projetos de desenvolvimento:

O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas, vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e a supressão das permissões para plantar na fazenda, dadas a pequenos sitiantes, e a invasão da posse camponesa por falsos fazendeiros. [...] simultaneamente, empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, exploram nas chapadas a madeira nativa, que substituem gradativamente por plantações de eucalipto. São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social. (MOURA, 1988, p. 03).

Conforme pesquisas em andamento, analisar e entender a correlação entre a questão agrária e os grandes projetos de desenvolvimento, é um dos temas que tem nos instigado, considerando a necessidade de compreender e caracterizar os conflitos territoriais que estão

sendo vivenciados e denunciados por sujeitos, povos, comunidades, organizações dos territórios do Jequitinhonha, frente aos conflitos e violências vividos em situação de acirramento das fronteiras – conjugando dimensão agrária, agrícola e mineral.

Deste modo, a proposta tem por foco realizar atividades de formação, pesquisa, extensão universitária e assessoria aos povos indígenas e comunidades tradicionais, envolvendo juventudes das comunidades e universitárias, buscando contribuir para com a defesa dos direitos humanos e territoriais das comunidades que vivem situações de conflitos. Estas atividades implicam em uma articulação e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois buscam estabelecer conexões entre os projetos de pesquisa e de extensão em andamento (nas duas universidades e grupos de pesquisa) e as demandas das comunidades por acesso às informações e de intercâmbio de conhecimentos. Essas conexões implicam, inclusive, em construções coletivas sobre os direitos e mecanismos para a defesa dos territórios e das vidas (face cenário de aumento dos conflitos no campo, inclusive de ameaças à vida de trabalhadores).

Cabe destacar que a iniciativa busca também contemplar uma perspectiva interdisciplinar de extensão universitária, que se propõe colocar em movimento os conhecimentos científicos e a comunidade universitária para compreender outras realidades, que desafiam o campo teórico-metodológico e as pautas políticas na propositura de alternativas viáveis para sujeitos, povos e comunidades. O olhar interdisciplinar, aqui, está assentado na participação do Observatório Fundiário dos Vales do Jequitinhonha, vinculado à UEMG - Campus Diamantina que oferta o curso de Bacharelado em Direito, e do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais que se inscreve e atua dentre de uma perspectiva interdisciplinar para a formação de pesquisadores e na condução das pesquisas. Ademais, cabe lembrar, que a articulação para a construção anual da JURA implica em envolvimento de diferentes sujeitos, com diferentes aportes de conhecimentos (científicos e ou populares) e de experiências de vida que extrapolam as perspectivas disciplinares.

8. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Previsão de execução em 12 (doze) meses - julho de 2024 a julho de 2025.

8.1. Relação de metas, etapas e cronograma de execução

META 1: Planejamento, monitoramento, acompanhamento e execução das atividades previstas no projeto.				
ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
	Unidade	Quantidade	Início	Término
Reuniões de equipe para planejamento, acompanhamento e monitoramento da execução do projeto.	Relatório semestral	02	Mês 01	Mês 12
Contratação de 01 pessoa jurídica para prestação de serviços como instrutor na área de direitos humanos	Termo de contratação	01	Mês 01	Mês 12
Contratação de 01 pessoa jurídica (MEI) para prestação de serviços como instrutor na área de educação popular	Termo de contratação	01	Mês 01	Mês 12
Contratação de bolsista de extensão	Termo de contratação	01	Mês 01	Mês 12

META 2: Acompanhamento e formação em direitos humanos e educação popular com produção de materiais a partir da sistematização, análise e mapeamento dos processos minerários, das situações de conflitos sociais, ambientais e territoriais e dos direitos humanos, territoriais e da natureza que permeiam a realidade dos povos indígenas e das comunidades camponesas e tradicionais do semiárido mineiro.				
ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
	Unidade	Quantidade	Início	Término
Acompanhamento à comunidades em situação de conflitos com identificação de público alvo para formação e ou que demanda assessoria jurídica	Relatório mensal	12	Mês 01	Mês 12

Produção de 01 cartilha (elaboração e diagramação) sobre direitos territoriais e direitos humanos para comunidades camponesas, tradicionais e povos indígenas.	Cartilha	01	Mês 01	Mês 12
Elaboração de um (01) relatório contendo mapeamento e análise da realidade, dos principais conflitos vividos pelas comunidades.	Relatório técnico	01	Mês 01	Mês 12

META 3: Formação, vivência e socialização voltados para a análise da realidade e perspectivas de intervenção para enfrentamento à situações de conflitos e acesso à direitos humanos e natureza, com envolvimento de juventudes universitárias e das comunidades.				
ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
	Unidade	Quantidade	Início	Término
Realizar um (01) curso de extensão	Programação	01	Mês 03	Mês 10
Realizar a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária em 2024	Evento	01	Mês 01	Mês 05
Realizar duas (02) vivências em territórios dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas para estudantes universitários	Relatório	02	Mês 05	Mês 07

9. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

9.1– Atividades e ações do projeto

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Instrutor em Direitos Humanos	12	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00
Instrutor em Educação Popular	12	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00
Bolsa Extensão	12	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
Diária interior	197	R\$ 240,00	R\$ 47.280,00
Diária veículo	30	R\$ 300,00	R\$ 9.000,00
Combustível	6	R\$ 7.000,00	R\$ 32.000,00
Passagens aéreas (nacional/internacional)	4	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00
Gráfica e material gráfico	diverso	-	R\$ 30.170,00
TOTAL PARCIAL			R\$ 211.250,00

9.2 – Plano de aplicação de recursos (despesas operacionais administrativas)

ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Despesas operacionais administrativas	R\$ 18.750,00	R\$ 18.750,00
TOTAL PARCIAL		R\$ 18.750,00

Obs.: O valor total global do projeto poderá sofrer alteração em decorrência de oscilação de preços e ajustes de metas do projeto. Em todos os casos, as correções serão previstas no plano de trabalho.

VALOR TOTAL DO PROJETO A SER EXECUTADO PELA FUNDAÇÃO: R\$ 230.000,00

9.3 – Plano de aplicação de recursos interno à UFVJM

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Combustível	6.393,4	2,46	15.727,82

Diária de servidor terceirizado	22	194,19	4.272,18
TOTAL PARCIAL	-	-	20.000,00

Esse recurso será executado diretamente pela UFVJM para viagens com veículos oficiais (combustível) e uso dos serviços de motorista terceirizados (diárias).

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 250.000,00

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

10.1 – Desembolso financeiro das atividades e ações do projeto da Fundação

PERÍODO	ATIVIDADES	VALOR (R\$)
Ano 01 Mês 01 ao Mês 06	Contratação Equipe do Projeto (01 Instrutor em Direitos Humanos; 01 Instrutor em Educação Popular; 01 Estudante bolsista de extensão)	R\$41.400,00
	Diária interior	R\$ 23.640,00
	Diária veículo	R\$ 4.500,00
	Combustível	R\$ 16.000,00
	Passagens aéreas (nacional/internacional)	R\$ 5.000,00
	Gráfica e material gráfico	R\$ 15.085,00
Ano 02 Mês 01 ao Mês 06	Contratação Equipe do Projeto (01 Instrutor em Direitos Humanos; 01 Instrutor em Educação Popular; 01 Estudante bolsista de extensão)	R\$41.400,00
	Diária interior	R\$ 23.640,00
	Diária veículo	R\$ 4.500,00
	Combustível	R\$ 16.000,00
	Passagens aéreas (nacional/internacional)	R\$ 5.000,00
	Gráfica e material gráfico	R\$ 15.085,00

10.2 – Cronograma de desembolso das despesas operacionais administrativas

ETAPAS DE DESEMBOLSO	PERCENTUAL
1º Desembolso após a contratação da equipe prevista na meta 1	34%

2º Desembolso após o 6º mês de desenvolvimento do projeto.	33%
3º Desembolso após a prestação de contas do projeto	33%

10.3 – Plano de aplicação consolidado

Plano de aplicação consolidado		
Classificação da Despesa (Código da Natureza)	Recursos do Convênio	Total
339014 (diárias no país)	R\$ 4.272,18	R\$ 4.272,18
339039 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)	R\$ 211.250,00	R\$ 211.250,00
339030 (combustíveis automotivos)	R\$ 15.727,82	R\$ 15.727,82
339039 (despesas operacionais administrativas)	18.750,00	18.750,00
TOTAL	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00

11. METODOLOGIA

A execução do projeto de extensão segue os princípios e fundamentos da educação popular, especificamente no referencial de Paulo Freire, é “um método da cultura popular: conscientiza e politiza” (FIORI, 2014, p. 29) e se pauta pela defesa da educação libertadora, ou seja, “A educação com prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente de homens” (FREIRE, 2014, p. 98). Assim, inspirados pela Educação Popular, é preciso ter sempre presente que:

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão de mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação... (FREIRE, 2014, p. 120).

Para que o processo formativo caminhe por princípios educativos como prática da liberdade é fundamental garantir condições para a leitura e análise do mundo vivido, e sua problematização, afinal “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados” (FREIRE, 2014, p. 98). E isto valida o axioma “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Id, p. 95).

Deste modo, os procedimentos metodológicos da proposta contemplam:

- ✓ Encontros bimensais da equipe do projeto com as organizações populares e movimentos sociais parceiros do projeto, para a realização de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades:

- ✓ Construção coletiva da proposta pedagógica, conteúdos, metodologias, colaboradores e cronograma do curso de extensão.

- ✓ Indicação das comunidades em situações de conflito que estarão diretamente envolvidas no projeto.

- ✓ Planejamento e realização da JURA dos Vales em 2024;

- ✓ Discussão e definição sobre cuidados éticos, riscos e medidas, e de metodologia para acompanhamento coletivo (grupos de pesquisa e parceiros envolvidos) das atividades com a definição de indicadores. Entende-se que, pelo caráter diálogo e participativo indicado como princípios para essa ação de extensão universitária, a definição das questões éticas deve ser

realizada junto com os parceiros, tanto nos momentos de planejamento quanto de execução e acompanhamento das atividades;

✓ Indicação dos meios, conteúdos e formas, de divulgação científica das atividades do projeto, para ampla participação da comunidade universitária (estudantes, servidores técnicos e docentes) e externa.

✓ Consulta prévia aos sujeitos, famílias e comunidades sobre disponibilidade e interesse em participar das atividades do projeto, bem como das condições para acolhimento da Universidade e de estudantes na realização de vivências. Mediante consentimento, as atividades serão planejadas junto com os sujeitos diretamente envolvidos, de modo a considerar seus modos de vida, tempo e possibilidades. Neste processo de diálogo, serão pactuadas também se haverá autorização para registros fotográficos, de imagem e vídeo, dentre outros.

Entende-se, desta forma, que os sujeitos e comunidades envolvidos diretamente no projeto serão previamente esclarecidos sobre as propostas do projeto de extensão e, havendo consentimento, serão realizadas atividades de planejamento coletivo das ações com uso de metodologias participativas para construção de cronograma. Pretende-se, desta forma, construir processo em que a Universidade se some aos processos e atividades em andamento nas comunidades e, portanto, a participação dos comunitários acontece pela interação, diálogo, intercâmbio de conhecimentos e também pela indicação de demandas. Esse processo contará com a participação das organizações populares e ou movimentos sociais parceiros do projeto.

Por fim, do ponto de vista ético, compreende-se que as atividades serão planejadas junto com os parceiros, de modo que atendam aos interesses dos sujeitos e comunidades envolvidas. A execução do projeto tem por ênfase a participação e realização de atividades públicas, em que os participantes serão sempre informados e consultados sobre consentimento para uso de imagem, som e ou identificação.

De modo direto, serão beneficiados por esta ação as comunidades universitárias da UFVJM e da UEMG, e as comunidades externas que participarão das atividades, principalmente pela oportunidade de intercâmbio de conhecimentos, de construção conjunta de atividades que visem analisar a realidade e buscar formas coletivas de intervenção. Tem benefício direto também na continuidade da articulação interinstitucional das Universidades, principalmente dos grupos proponentes, com os parceiros indicados. De modo indireto, os benefícios envolvem todas instituições, organizações e sujeitos envolvidos, pois coloca em movimento processos formativos e de intervenção na realidade que implicam em transformações na leitura de mundo que forja exercício da cidadania.

12. RECURSOS DO PROJETO

Valor total do projeto, na forma de custeio: R\$ 250.000,00